Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

https://doi.org/10.51359/2238-6211.2023.253540

PKS PUBLIC KNOWLEDGE PROJECT

REVISTA DE GEOGRAFIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

OJS OPEN JOURNAL SYSTEMS

https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia

PRÁXIS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO AGROECOLÓGICOS REALIZADOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS

Mariza Souza Dias[1], https://orcid.org/0000-0002-2280-2798

[1] Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí, GO, Brasil*

Artigo recebido em 15/03/2022 e aceito em 07/04/2023

RESUMO

Este artigo apresenta o movimento da práxis transformadora dos projetos de extensão derivados das políticas públicas agroecológicas e pedagógicas (PPAP), no caso específico, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), na estrutura física e humana das Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de Goiás. Os projetos são ferramentas de operacionalização das PPAP, que usaram e transformaram as estruturas das IES na construção de processos formativos e investigativos de base agroecológica para atender a formação dos profissionais e o desenvolvimento de tecnologias direcionadas para a classe camponesa. Dessa forma, os projetos desenvolvidos pelas IES trouxeram para a extensão universitária e para cursos de graduação referenciais de metodologias participativas, como a dialogicidade, o apoio às comunidades tradicionais e assentadas, e práticas agroecológicas. A pesquisa foi realizada por meio da análise dos dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq), de editais, projetos e relatórios executados entre 2005 a 2018 no estado de Goiás. Como resultado, os projetos permitiram a criação de grupos e núcleos de pesquisas e extensão dentro das IES, o estabelecimento de grupos de assessoria e extensão rural nos Territórios Rurais, a criação de Centros Vocacionais de Treinamento em Agroecologia, grupos de estudos, área de experimentação de técnicas agroecológicas, publicações, alteração na estrutura física das IES com o abastecimento de instrumentos eletrônicos, ferramentas, veículos, bem como a criação da Rede Agroecológica do Centro-Oeste. Essas são evidências da práxis construída pelos projetos voltados para a reprodução social camponesa nas IES do estado de Goiás.

Palavras-chave: campesinato; extensão universitária; extensão rural; política pública pedagógica.

* Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí, Servidora efetiva como técnica administrativa em educação na Universidade Federal de Jataí, E-mail: marizadias@ufj.edu.br

PRAXIS OF AGROECOLOGICAL EXTENSION PROJECTS CARRIED OUT IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT
This article presents the movement of the transforming praxis of extension projects derived from agroecological and pedagogical public policies (PPAP), in the specific case, the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), in the physical and human structure of Higher Education Institutions (IES) in the state of Goiás. The projects are tools for the operationalization of the PPAP, which used and transformed the structures of the IES in the construction of formative and investigative processes with an agroecological basis to meet the training of professionals and the development of technologies aimed at the social class. peasant. In this way, the projects developed by the HEIs brought to university extension and undergraduate courses references of participatory methodologies, such as dialogicity, support for traditional and settled communities, and agroecological practices. The research was carried out through the analysis of data made available by the National Council for Scientific Research and Development (CNPq), from public notices, projects and reports executed between 2005 and 2018 in the state of Goiás. As a result, the projects allowed the creation of groups and research and extension centers within the HEIs, the establishment of advisory and rural extension groups in Rural Territories, the creation of Vocational Training Centers in Agroecology, study groups, the area of experimentation of agroecological techniques, publications, changes in the physical structure of the IES with the supply of electronic instruments, tools, vehicles, as well as the creation of the Agroecological Network of the Midwest. These are evidences of the praxis built by projects aimed at peasant social reproduction in HEIs in the state of Goiás.

Keywords: peasantry; university extension; rural extension; pedagogical public policy

PRAXIS DE PROYECTOS DE EXTENSIÓN AGROECOLÓGICA REALIZADOS EN INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR DEL ESTADO DE GOIÁS

RESUMEN
Este artículo presenta el movimiento de la praxis transformadora de los proyectos extensionistas derivados de las políticas públicas agroecológicas y pedagógicas (PPAP), en el caso específico, la Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural (PNATER), en la estructura física y humana de la Educación Superior. Instituciones (IES) en el estado de Goiás Los proyectos son herramientas para la operacionalización del PPAP, que utilizó y transformó las estructuras de las IES en la construcción de procesos formativos e investigativos con base agroecológica para atender la formación de profesionales y la desarrollo de tecnologias dirigidas a la clase social campesina. De esta forma, los proyectos desarrollados por las IES trajeron a la extensión universitaria y cursos de pregrado referentes de metodologías participativas, como la dialogicidad, el apoyo a las comunidades tradicionales y asentadas, y las prácticas agroecológicas. La investigación se llevó a cabo a través del análisis de datos puestos a disposición por el Consejo Nacional de Investigación y Desarrollo Científico (CNPq), de comunicados públicos, proyectos e informes ejecutados entre 2005 y 2018 en el estado de Goiás. la creación de grupos y centros de investigación y extensión dentro de las IES, el establecimiento de grupos de asesoría y extensión rural en Territorios Rurales, la creación de Centros de Formación Profesional en Agroecología, grupos de estudio, el área de experimentación de técnicas agroecológicas, publicaciones, cambios en la estructura física de las IES con el suministro de instrumentos electrónicos, herramientas, vehículos, así como la creación de la Red Agroecológica del Medio Oeste. Estas son evidencias de la praxis construida por proyectos dirigidos a la reproducción social campesina en las IES del estado de Goiás.

Palabras clave: campesinado; extensión Universitaria; extensión rural; política pública pedagógica

INTRODUÇÃO

Em 2003 o Estado brasileiro, por meio do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), instituiu a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a qual propunha a superação da extensão rural difusionista/assistencialista e a adoção do enfoque da Agroecologia como princípio do desenvolvimento produtivo e social do campesinato no país.

A Pnater foi elaborada com a participação de organizações governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural (ATER) de todo país e incluiu, como princípios orientadores, a Agroecologia, o conceito de desenvolvimento sustentável, as noções de igualdade de gênero e étnicas e a importância da inclusão da sociedade civil no seu desenvolvimento como requisito para o seu sucesso.

A Pnater ganhou força legal com a sua publicação pela Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Com a implementação dessa política, o governo federal buscou mudar radicalmente o extensionismo, almejando promover o desenvolvimento rural sustentável no campo brasileiro com enfoque nos sujeitos sociais excluídos pela modernização conservadora do século XX, notadamente agricultores familiares, quilombolas, indígenas, assentados e outros. O paradigma transparece ainda mais quando da análise do texto apresentado pelo MDA, em fins de 2003, sobre a Pnater. Nele são apresentados os cinco princípios norteadores do novo modelo de Ater pública:

> "1. Assegurar, com exclusividade, aos agricultores familiares (e outros beneficiários dos programas do MDA) o serviço de Ater pública e gratuita; 2. Promover o desenvolvimento rural sustentável; 3. Adotar uma abordagem multidisciplinar baseada nos princípios da agroecologia para a Ater; 4. Adotar um modo de gestão democrática da política, incluindo seu controle social e 5. Desenvolver processos educativos permanentes e continuados no âmbito da Pnater. A Pnater se orienta por uma mudança radical nos enfoques teórico, filosófico e metodológico que embasam o trabalho extensionista. Propõe, assim, uma ruptura com o extensionismo convencional, fundado no paradigma difusionista-inovador (vertical e antidialógico), estimulando o uso de metodologias participativas que contribuam para o empoderamento dos atores sociais, para o diálogo entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico e para a adoção de princípios da agroecologia e de suas bases epistemológicas (CAPORAL, 2006)".

Todavia, a questão da limitação da formação técnica/acadêmica dos profissionais que atuam com a Ater pública e privada no Brasil é uma questão que precede a criação da Pnater. Historicamente, os cursos de preparação dos profissionais que atuam nessa área sejam de nível superior (engenheiros agrônomos, agrícolas, zootecnistas etc.) ou de nível

médio (técnicos agrícolas), dão pouca ênfase a disciplinas das ciências humanas (como sociologia, filosofia, história, geografia, extensão rural etc.).

As discussões sobre a materialidade social e econômica, historicamente construída, são necessárias na medida em que preparam os futuros profissionais para lidar com aspectos relacionados às desigualdades sociais, diversidade étnica, cultural, de gênero, entre outras existentes no meio rural brasileiro, principalmente no caso da classe camponesa.

A partir da necessidade de formar profissionais para atuarem nesse novo modelo de extensão preconizado pela PNATER, o MDA lançou em 2005 o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Pronater, que possuía o objetivo de, conforme o MDA (2005),

> Recompor o Sistema Nacional de Ater, com a perspectiva de um trabalho em rede, em que atuem instituições estaduais de Ater, movimentos sociais, organizações não-governamentais, prefeituras municipais, sindicatos, universidades, escolas agrotécnicas e de alternância e de uma concepção territorializada do espaço, a partir de uma inovadora concepção pedagógica e com efetivo controle por parte da sociedade beneficiária" (MDA, 2005).

Para tal o programa foi estruturado em quatro subprogramas: Formação de agentes de Ater, Capacitação de agricultores familiares, Programas estaduais de Ater e Ater setorial (MDA, 2005). Destes quatro programas, o de Formação de agentes de Ater tinha por objetivo capacitar mais de 7.000 profissionais, entre estudantes e técnicos, para que estes pudessem se tornar referência e atuar em seus estados para ampliar a assessoria e extensão rural ao campesinato tendo como princípio a Agroecologia.

As Instituições de Ensino Superior (IES) foram convocadas pelo MDA a participar do processo de formação destes agentes. A estratégia utilizada pelo Ministério e pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq) foi o lançamento de editais para o financiamento e execução de projetos de pesquisa e de extensão, voltados para a instrumentalização e produção de conhecimento sobre práticas agroecológicas, a fim de formar profissionais e conhecimento acadêmico que atendessem a realidade e diversidade das famílias camponesas.

Vale ressaltar que a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial (PDT), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), também utilizaram dessa estratégia para operacionalizar suas ações que estavam pautadas na produção de conhecimento e formação de profissionais para atuar junto a classe camponesa no país.

O processo de (re)criação da extensão rural/extensão universitária, pautada para os camponeses com base na Agroecologia, foi encabeçado pelos movimentos sociais e bancado pelo MDA. Dessa forma, os recursos e a forma como eles foram instituídos, com uma base pedagógica popular e inclusiva, trazem consigo a superação do conhecimento como mercadoria voltada para a produção de commodities, pautando o modo de vida camponês e a produção de alimento limpo dentro das pesquisas e ações das IES.

Os editais orientavam a construção dos projetos a partir das diretrizes da Pnater, no que tange os objetivos, aplicação e metodologias. Dessa forma, os projetos desenvolvidos pelas IES trouxeram para a extensão universitária e para cursos de graduação, referenciais e metodologias participativas, a dialogicidade, apoio às comunidades tradicionais e assentadas, e práticas agroecológicas.

A "Agroecologia" que tinha sido extinta da grade curricular dos cursos das ciências agrárias na década de 1960, retorna ao currículo e impulsiona docentes a desenvolver suas pesquisas e ações de extensão com esse propósito.

Conforme Caporal (2005), as ações da Secretaria da Agricultura Familiar e o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (SAF/Dater) do MDA, proporcionaram no campo da pesquisa e extensão universitária, o primeiro acordo entre o MDA e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) na Secretaria de Ciência & Tecnologia para a Inclusão Social, o financiamento de R$ 5 milhões para entidades de pesquisa e outros R$ 5 milhões para grupos de professores que atuam em extensão universitária. Já em 2005 mais de 450 projetos estavam em fase de avaliação.

Conforme os dados disponibilizados pelo CNPq, entre 2005 a 2018, foram aprovados e executados em IES públicas e privadas, empresas públicas de pesquisa e de extensão e entidades filantrópicas, o total de 1.807 projetos de pesquisa e de extensão que tinham como público o campesinato. A média é de realização de 130 projetos por ano no país, o que é um fato histórico para a extensão rural e universitária brasileira.

Especificamente, no estado de Goiás, no mesmo período foram executados 59 projetos de pesquisa e de extensão, os quais proporcionaram transformações na prática extensionista, na formação de estudantes e camponeses, bem como na estrutura física das Instituições. Na média, o estado de Goiás executou mais de 4 projetos por ano, o que contempla no mínimo um projeto por IES/ano. Isso significa uma injeção de recursos físicos

e humanos na extensão universitária para o fortalecimento do campesinato num estado tomado pela agricultura capitalista.

Como resultado, os projetos permitiram a criação de grupos e núcleos de pesquisas e extensão dentro das IES, o estabelecimento de grupos de assessoria e extensão rural nos Territórios Rurais, a criação de Centro vocacionais de treinamento em Agroecologia, grupos de estudos, área de experimentação de técnicas agroecológicas nas IES, publicações, alteração na estrutura física das IES, aquisição de instrumentos eletrônicos, ferramentas, veículos, áreas de plantio, bem como a criação de redes Agroecológicas por todo país.

Apresenta-se neste artigo, resultados parciais da pesquisa da tese de doutorado em Geografia da autora, que são uma análise das transformações e das evidências deixadas pelos projetos voltados para a reprodução social camponesa nas IES do estado de Goiás.

EXTENSÃO (UNIVERSITÁRIA E RURAL) E AGROECOLOGIA

A extensão rural no Brasil ainda passa por um momento de redefinições no país e em sua trajetória histórica não é a primeira vez que isto acontece. Desde sua origem oficial, no final dos anos 1940, este serviço, predominantemente público, já passou por crises, orientações teóricas e institucionais e reposicionamentos políticos diversos (DIAS, 2007).

A mais conhecida instituição de extensão rural no país é a Embrater, Empresa Brasileira de Assistência Técnica Extensão Rural, que conforme Caporal (1998), é um dos exemplos de serviço público que se constituiu num poderoso instrumento de política agrícola. A empresa atuava de forma centralizada e vertical, por meio de uma prática alienante e domesticadora que visava disseminar a ideologia capitalista dominante para ampliar o processo de modernização das atividades agropecuárias e sua consequente subordinação aos complexos agroindustriais.

Todavia, depois de atingir os objetivos, a Embrater foi extinta na década de 1.990, ainda no governo Collor, uma vez que o sistema de produção de commodities já estava organizado e este sozinho poderia arcar com a assessoria necessária. Depois da extinção da Embraer, as empresas de assistência técnica e extensão rural (EMATER) passaram a ficar sob a tutela do estado e que, em parceria com as prefeituras, firmaram acordos para sua manutenção.

Para o estado que já possuía uma Emater forte e requisitada, como nos estados da região Sul e Minas Gerais, a assessoria continuou se fortalecendo ou não diminuiu. Todavia, a extensão rural realizada nas Ematers ainda preconiza o difusionismo, a assistência e o assistencialismo com o intuito de levar (transferir) tecnologia e formar o camponês, visando a maximização dos lucros. Não é função das Emates pautar a falta de infraestrutura básica no campo, reforma agrária, diversidade de sujeitos e cultura, etc.

Por esse motivo, a extensão rural construída pelas Ematers se reflete na articulação burocrática para a contratação de programas de créditos, como o PRONAF, o qual disponibiliza um técnico para acompanhar cada execução dos projetos de custeio ou de capital adquirido pelas famílias camponesas. Esse cenário acontece no estado de Goiás, que possui 85% de toda área rural controlada pela agricultura capitalista. As famílias camponesas que não se enquadram nos programas de créditos permanecem à margem do acesso à assistência técnica e à extensão rural. Soma-se a este quadro a falta de concurso público há mais de 20 anos.

Já os estados da região Sul do país, além de manterem as Ematers fortes e atuantes, também foram os pioneiros na articulação de instituições governamentais e não governamentais de ensino, pesquisa e extensão na formalização da agenda de cooperação e parceria inédita e criaram, em 1994, o Programa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, que viabilizou as primeiras práticas de extensão baseadas na Agroecologia (MOURA, 2017).

Como conceito, Sevilla-Guzmán (2006) afirma que a agroecologia é o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que apresenta alternativa para a atual crise civilizatória. Sua estratégia, de natureza sistêmica, considera a participação dos agricultores, a organização comunitária e a relação das sociedades rurais articuladas em nível local.

Integravam essa parceria a Embrapa, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS), a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul (FEPAGRO/RS), a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Rede Tecnologia Alternativa (RTA)-Sul e o Programa de Cooperação em Agroecologia.

Essa articulação foi realizada em 1995 na cidade de Porto Alegre, com a Conferência Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, considerada um grande marco na

mudança de orientação e incorporação do debate agroecológico nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural na região (MOURA, 2017). Até aquele período, ainda eram bastante raras as parcerias entre instituições governamentais e não governamentais na temática do desenvolvimento rural sustentável.

Em relação ao ensino nas ciências agrárias, conforme Moura (2017), os estudantes do curso de agronomia e educadores, organizados nos centros acadêmicos e em articulação com a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), foram os primeiros a levantar o debate e conduzir várias iniciativas sobre a inserção da agroecologia na educação formal desde os anos 1980.

Os primeiros espaços para interação de temas relacionados à agroecologia no campo tecnológico e científico no Brasil foram os seminários estaduais e internacionais de agroecologia, realizados na década de 1990 no Rio Grande do Sul. A partir de 2003, foram instituídos o Congresso Brasileiros de Agroecologia (CBA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA Agroecologia) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), (MOURA, 2017).

O Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA) do Incra também é um programa que tem contribuído para a aproximação da educação do campo com os pressupostos da agroecologia, com vistas a promover a consolidação dos assentamentos com base na agroecologia e na soberania alimentar (AGUIAR, 2010).

Entre 2003 e 2017 foram criados no Brasil mais de 100 cursos de Agroecologia ou com enfoque em Agroecologia, a maioria em Institutos Federais de Ensino do país (MOURA, 2017). Estes cursos de ensino formal são constituídos a partir da crítica ao enfoque tecnicista, assistencialista e difusionista da extensão, valorizando práticas e culturas camponesas.

No entanto, Oliveira (2012) constatou que até aquele ano, a Agroecologia não era contemplada nos programas e nos currículos de praticamente todos os cursos da área de ciências agrárias do país, o que revela uma contradição entre o que foi pautado na PNATER e o que vinha sendo ministrado nas instituições, no que diz respeito à extensão rural.

A entrada da Agroecologia nas IES é articulada pelo MDA, juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que disponibilizaram editais de pesquisa em interface com a extensão rural agroecológica. O objetivo foi criar condições para a operacionalização da PNATER a partir da formação de

profissionais e conhecimentos nas IES, que pudessem atuar como extensionistas agroecológicos nas comunidades camponesas.

Os projetos de pesquisa/extensão apoiados pelo MDA não tinham como propósito modificar o currículo dos cursos de graduação, mas criar condições materiais e intelectuais para o desenvolvimento de práticas agroecológicas dentro das IES por meio da extensão universitária e das diretrizes da PNATER envolvendo profissionais, estudantes, camponeses e técnicos.

Por exemplo, o Edital MCT/CNPq/MDA/MDS nº 36/2007 tinha como objetivo apoiar projetos em que as ações de pesquisa e extensão a serem realizadas deveriam preconizar a "utilização sustentável dos recursos e repartição dos benefícios, de modo a viabilizar processos adequados de inovação tecnológica em atividades e práticas tradicionais, quanto ao uso do padrão tecnológico prevalecente até o momento" (MDA, 2007). Os resultados das ações teriam que "fornecer opções econômicas e sociais para a geração de renda para as famílias beneficiadas, permitindo a sucessão das gerações nos seus territórios originais, contribuindo para a inclusão social das famílias e melhorando a qualidade de vida no campo" (MDA, 2007).

Já em 2009 foi lançado o Edital MCT/CNPq/MDA/MDS nº 33/2009, em que já constava uma linha específica voltada à agroecologia, contemplando a realização de estudos e pesquisas sobre metodologia e prática da extensão rural agroecológica. Em 2010, o Edital CNPq/MDA nº 58/2010 tinha por objetivo proporcionar a criação de núcleos de agroecologia em instituições de ensino superior em todo o país. Este edital subsidiou a instituição de 52 núcleos de agroecologia em instituições federais de ensino superior e técnico em vinte estados da Federação. Foram dezoito projetos na região Sul, treze no Sudeste, doze no Nordeste, cinco no Centro-Oeste e quatro projetos no Norte.

Ainda em 2010, além destes 52 núcleos, o MDA em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), lançaram carta-convite para selecionar trinta projetos de implantação e consolidação de núcleos de agroecologia nos institutos federais de ensino técnico (MOURA, 2017).

A constituição de Núcleos foi uma estratégia usada pelo MDA para criar os campos de experimentação e ensino de práticas Agroecológicas. Serviam também para a realização de atividades de extensão, na medida em que os Núcleos concentravam recursos materiais e

humanos como docentes, estudantes e pesquisadores que realizavam ações com e para Agricultores Familiares e suas entidades representativas.

Dessa forma, a Extensão, de "prima pobre" nas IES, passou a receber recursos materiais e humanos para o desenvolvimento de suas atividades. Junto com os recursos dos ministérios, a PNATER conduziu a orientação pedagógica dos Núcleos e dos projetos, por meio do diálogo, da participação e da inclusão dos sujeitos sociais. Esse movimento reafirma o compromisso da Política Nacional de Extensão Universitária com a construção e democratização do conhecimento a partir da troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, tendo como meio a participação efetiva da comunidade nas IES e vice-versa.

PRÁXIS DOS PROJETOS DE EXTENSÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS

Conforme o Dicionário Online da Língua Portuguesa (2022), práxis é uma palavra com origem no termo em grego *praxis* que significa conduta ou ação. A práxis é a utilização de uma teoria ou conhecimento de maneira prática. Corresponde a uma atividade prática em oposição à teoria.

Práxis é um conceito básico da filosofia marxista, que remete para a transformação material da realidade. De acordo com Karl Marx, práxis remete para os instrumentos em ação que determinam a transformação das estruturas sociais. Marx utilizou o conceito de práxis como uma crítica ao idealismo e materialismo.

O pensamento marxista descreve práxis como uma atividade que tem a sua origem na interação entre o homem e a natureza, sendo que esta, só começa a fazer sentido quando o homem a altera através da sua conduta. Dessa forma, os projetos de extensão são uma práxis, pois refletem uma prática direcionada pela teoria da Agroecologia e propõem a transformação dos territórios camponeses, por meio da formação de sujeitos que atuem com esta classe.

O programa de formação da Pnater com foco em Agroecologia tinha como objetivo geral a formação de extensionistas e de tecnologias sociais adequadas para a implementação qualificada da Política. Eles derivam do Subprograma de Formação de Agentes de Ater, que era vinculado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) (MDA, 2008).

A formação passava então pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa/extensão nas IES, que viessem a ser referência, nos seus municípios, estados, e nas diferentes regiões do país, para apoiar ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e atividades de capacitação de técnicos e agricultores com base nas orientações das políticas do MDA, da SAF e na PNATER.

De forma articulada, o MDA estabeleceu ações de fomento à produção de tecnologias e de conhecimento apropriados para a campesinato, por meio da contratação de organizações governamentais e não governamentais que atuam na área de pesquisa e desenvolvimento (Universidades, Empresas Públicas de Pesquisa e Extensão Rural, Fundações, etc.), apoiando projetos de validação, teste e disponibilização de tecnologias que respondessem a demandas dos camponeses das diferentes regiões do País.

A efetivação dos projetos só foi possível pela ação conjunta de instituições públicas. A liberação dos recursos estava a cargo dos ministérios e secretarias. O gerenciamento e burocracia eram incumbencias do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). A proposição e execução dos projetos de extensão e/ou pesquisa ficaram sob a responsabilidade de professoras/es e pesquisadoras/es das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas, Comunitárias e Confessionais, e de Instituições Públicas de Pesquisa (IPP) ou de Instituições Públicas Assistência Técnica e Extensão Rural (IPATER).

Este rol de atores públicos tinha em comum o compromisso com a efetivação da PNATER, na reorientação da prática da Extensão Rural no país, incluindo o desenvolvimento rural sustentável e a classe social camponesa, que historicamente fora excluída, e hoje assume total importância no contexto social e econômico.

Conforme o MAPA (2021) a formação e capacitação de agentes de Ater visa ampliar, atualizar e aprofundar conhecimentos em políticas públicas, inovações tecnológicas, metodologias e abordagens de Ater em bases agroecológicas, em parceria com instituições de Ater, de pesquisa e de ensino formal, informal e não formal.

As estratégias de desenvolvimento dos projetos eram orientadas por abordagens metodológicas que articulam a teoria e prática, saberes tradicionais e conhecimentos científicos e que estejam integrados às especificidades ambientais e culturais locais e na realização de estudos, pesquisas e publicações de materiais pedagógicos e informativos. Logo, a PNATER é uma Política Pública Pedagógica (PPP).

Os projetos identificados na pesquisa tinham como público o campesinato e como meta a transição agroecológica, o que atendia aos princípios da PNATER. Levantou-se todos os projetos de pesquisa e/ou extensão disponibilizados pelo CNPq e executados pelas IFEs públicas do Brasil entre os anos 2007 a 2016, que tinham como público as famílias camponesas. O levantamento foi realizado na página eletrônica do CNPq, no campo "Chamadas Públicas".

Os resultados das Chamadas dos Editais CNPq apontam que entre 2006 a 2017 foram aprovados 1.807 projetos de pesquisa e/ou extensão em 153 IES, IPP e IPATER de todo o país. Para definir quais projetos tinham como diretriz os princípios da PNATER, buscou-se os projetos que tinham no título palavras como Agroecologia, tecnologias sociais, tecnologias de base ecológica, segurança e soberania alimentar, Agricultura Familiar, desenvolvimento rural sustentável, desenvolvimento territorial, jovens rurais, mulheres rurais, campesinato/camponês, dentre outras.

Dentre os 1.807 projetos, 59 foram executados no estado de Goiás por instituições de ensino, pesquisa ou extensão, conforme consta na tabela 1, sendo que 90% deles foram desenvolvidos nas IES públicas do estado. Esse dado aponta que a estratégia do MDA atingiu seu objetivo ao alcançar locais passíveis de produzir e compartilhar conhecimentos.

Tabela 1. Estado de Goiás. Quantidade de projetos de pesquisa e/ou extensão realizados nas IES e outras Instituições no estado de Goiás. 2006 a 2017.

Instituições do estado de Goiás	**Quantidade de Projetos**
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás*	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	4
Instituto Federal Goiano	6
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	3
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás*	2
Universidade Estadual de Goiás	7
Universidade Federal de Goiás (Regionais Goiás, Jataí, Goiânia e Catalão)	36
Total Geral	**59**

Fonte: CNPq, 2018. Organização da autora. *Não são instituições de ensino superior.

Neste artigo aprofundamos a discussão sobre as alterações causadas pela PNATER, na estrutura física e intelectual nas Universidades. A discussão é válida na medida em que as IES que são lócus de formação de mão-de-obra qualificada para a reprodução do capital, ao mesmo tempo em que recebem recursos para extensão e pesquisa que, obrigatoriamente, tem que ter como base a Agroecologia e ser direcionada para os camponeses.

Num estado como Goiás, que conforme Teixeira Neto (2011) possui estrutura fundiária concentrada acima da média brasileira e é o quarto no ranking na produção de commodities rurais do país, ter nas suas IES projetos de pesquisa e extensão envolvendo a classe camponesa e ciência Agroecológica gera conflitos e também impactos.

Conforme Oliveira (2007), como o desenvolvimento do capital é contraditório, ele mesmo possibilita a recriação do campesinato. O Capital, se apropria da renda da terra camponesa, mas também proporciona aos camponeses a apropriação e criação de frações de territórios camponeses por meio do controle da produção, circulação, distribuição e consumo de suas mercadorias.

Quando movimentos sociais disputam e ocupam parte do poder público, como aconteceu a partir de 2003, passam a gerir políticas e programas públicos, acontece o redirecionamento de recursos para a reprodução social e econômica das classes que se encontravam à margem da sociedade, como é o caso da Agricultura Familiar Camponesa. O Estado efetivou a criação de programas de transferência de renda, de redução de impostos, de comércio institucionais, reestruturação da educação pública superior e profissional, etc, com o intuito de promover o consumo e a formação.

A formação direcionada para a classe camponesa tinha como objetivo atender aos princípios da Pnater e formar profissionais para atuar na Ater agroecológica. Para tal, o MDA, juntamente com outros ministérios, apoiou financeiramente projetos de extensão e de pesquisa a serem desenvolvidos nas IES do país. Com o apoio financeiro e orientação das políticas públicas consideradas pedagógicas, os resultados dos projetos deveriam contribuir com a reprodução do campesinato e promover mudanças na estrutura, atividades e/ou currículo nas IES. Este artigo traz uma discussão preliminar sobre as transformações ocorridas nas IES do estado de Goiás.

Identificou-se que a extensão desenvolvida nestes projetos é uma estratégia viável para a ocupação do espaço físico das IES bem como para a socialização do saber. A extensão universitária tem um papel preponderante na operacionalização desta política pública, pois por meio da extensão foi possível a realização do projeto articulando o conhecimento empírico e científico em contato com a sociedade.

O ciclo de formação promovido pelas PPP e CNPq, por meio dos projetos, cumpriu com seu objetivo que era formar e ocupar espaço nas Universidades. Todavia, a

Agroecologia no estado de Goiás, ainda está longe de se consolidar como um mercado de trabalho atrativo para o profissional da área de ciências agrárias.

Por exemplo, empresas multinacionais produtoras de sementes contratam estudantes do curso de Agronomia da Universidade Federal de Jataí, microrregião Sudoeste de Goiás, e pagam até R$ 3.500,00 para os estagiários. No mesmo município e Universidade, onde foram desenvolvidos dez dos projetos discutidos no texto, não há ofertas de estágios ou emprego para extensionistas atuarem em empresas (públicas ou privadas) que atendem agricultores familiares na perspectiva agroecológica.

Entretanto, a pequena propriedade rural no estado de Goiás representa 70,5% dos estabelecimentos rurais e ocupa 16,1% da área do estado. Conforme o IGBE (2009), são 88.436 estabelecimentos familiares em 3.329.630 hectares. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), deste total de estabelecimentos familiares, 22.229 estão localizados nos 421 assentamentos do estado, ocupando área total de 1.079.609 hectares (MEDINA et al, 2018).

Ou seja, dois terços dos produtores rurais do estado de Goiás poderiam se beneficiar com a assessoria de profissionais formados e da tecnologia desenvolvida na ATER agroecológica via projetos das IES. O obstáculo que impede a contratação dos profissionais formados para assessorar a Agricultura Familiar e o apelo da agricultura capitalista precisam ser superados pela PPP, mas sem fonte de recursos e vontade política o caminho será árduo.

Dentre os projetos que mais se destacam na transformação e construção do conhecimento Agroecológico nas IES destacam-se os 116 Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA) e Centro Vocacionais em Agroecologia (CVT), implantados a partir de 2010, e os 89 Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), iniciados em 2014.

Estes 205 núcleos foram distribuídos por todas regiões do país com recursos que chegaram a 136,0 milhões de reais para as três modalidades. Apenas os editais destes núcleos concentram um terço de todo recurso destinado aos projetos de operacionalização das PPPs para a reprodução social camponesa.

Como resultados dos projetos, foram implementados 17 grupos nas IFEs de Goiás entre NEAs, CVTs e grupos de estudos independentes. Os Núcleos Estudos em Agroecologia (NEAs), implementados especificamente pelo Edital CNPq nº58/2010, geraram novos projetos de extensão, bem como promovem parceria com as famílias

camponesas de todo o estado e permitiu a articulação que criou a Rede Brasil Central de Agroecologia.

A Rede Brasil Central de Agroecologia agrega todos Núcleos de Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs) e os Centros Vocacionais Tecnológicos em Agroecologia e Produção Orgânica (CVTs) da Região Centro-Oeste. Em Goiás, 17 NEAs fazem parte da REDE distribuídos conforme consta no quadro 1.

Quadro 1. Estado de Goiás. Núcleos de Estudos em Agroecologia instituídos nas Instituições de Ensino Superior. 2018.

Instituição	Município	Núcleo de Extensão em Agroecologia
UFG	**Goiânia**	REDE AGROECOLOGIA - Centro Oeste
		NUPEAG / UFG - Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Agroecologia em Goiás.
		NUPEAT / UFG – Núcleo de Pesquisa e Estudos em Educação Ambiental e Transdisciplinaridade
		GEMAS / UFG - Grupo de Estudos em Manejo Agroecológico do Solo
		NEDET/UFG – Núcleo de Extensão para o Desenvolvimento do Território Rural Estrada de Ferro
		GEPAAF / UFG - Grupo de Ensino, Pesquisa e Assistência à Agricultura Familiar
	Catalão	NEPEA / UFG - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia
	Jataí	NEAF / UFG - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar. NEA e CVT
UEG	**Goiás**	Gwatá / NAEC / UEG – Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo.
IF GOIANO	**Urutaí**	CVT / NEPA / IFGoiano - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia
	Rio Verde	NEA/ IFGoiano - Núcleo de Estudos em Agroecologia
	Iporá	NEA / IFGoiano - Núcleo de Estudos em Agroecologia
	Morrinhos	NEA / IFGoiano - Núcleo de Estudos em Agroecologia
	Hidrolândia	NEA / IFGoiano - Núcleo de Estudos em Agroecologia
	Ceres	NÚCLEO EM FORMAÇÃO / IF Goiano – Campus Ceres (sem financiamento)

UNIFIMES	**Mineiros**	NEA / EMATER / UNIFIMES - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia (sem financiamento)
IFG	**Goiás**	NÚCLEO EM FORMAÇÃO / IFG – Campus Goiás

Fonte: REDE Agroecologia do Centro-Oeste (2018).

Todos estes NEAs e CVTs concentram projetos de pesquisa e extensão e servem de campo para pesquisas de Trabalho de Conclusão de Curso, Especialização, Mestrado e Doutorado. Os projetos desenvolvidos nos núcleos se desdobram em outras ações, como as feiras comerciais e tecnológicas que acontecem na própria instituição.

Destaca-se a Feira Agro Centro Oeste Familiar, iniciada pela Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás, e que a partir de 2005 passou a ser realizada em conjunto com as instituições representativas da Agricultura Familiar Camponesa, com seminário discutindo a Agroecologia e comercialização de produtos e alimentos apenas de cooperativas de camponeses. Atualmente a Feira acontece todo ano, alternando entre a UFG em Goiânia e uma IES do interior do estado de Goiás. As figuras 1 a 8 apresentam imagens e logotipos dos grupos, núcleos e feiras que atuam nas IES de Goiás.

Figura 1. UFG- Regional Goiânia. Logomarca do Grupo de Estudos em Manejo Agroecológico do Solo. 2012

Figura 2. UFG – Regional Goiânia. Logomarca do Grupo de Pesquisa e Assistência à Agricultura Familiar. 2013

Figura 3. UEG – Campus Goiás. Logomarca do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo. 2010

Figura 4. UFG- Regional Jataí. Logomarca do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar. 2008

Figura 5. UFG-Regional Goiânia. Folder da Feira Agroecológica. 2019

Figura 6. UFG- Regional Goiânia. Folder da Feira Agro Centro-Oeste Familiar. 2019.

Figura 7. UFG- Regional Jataí. 1ª Feira da Agricultura Familiar Camponesa. 2019

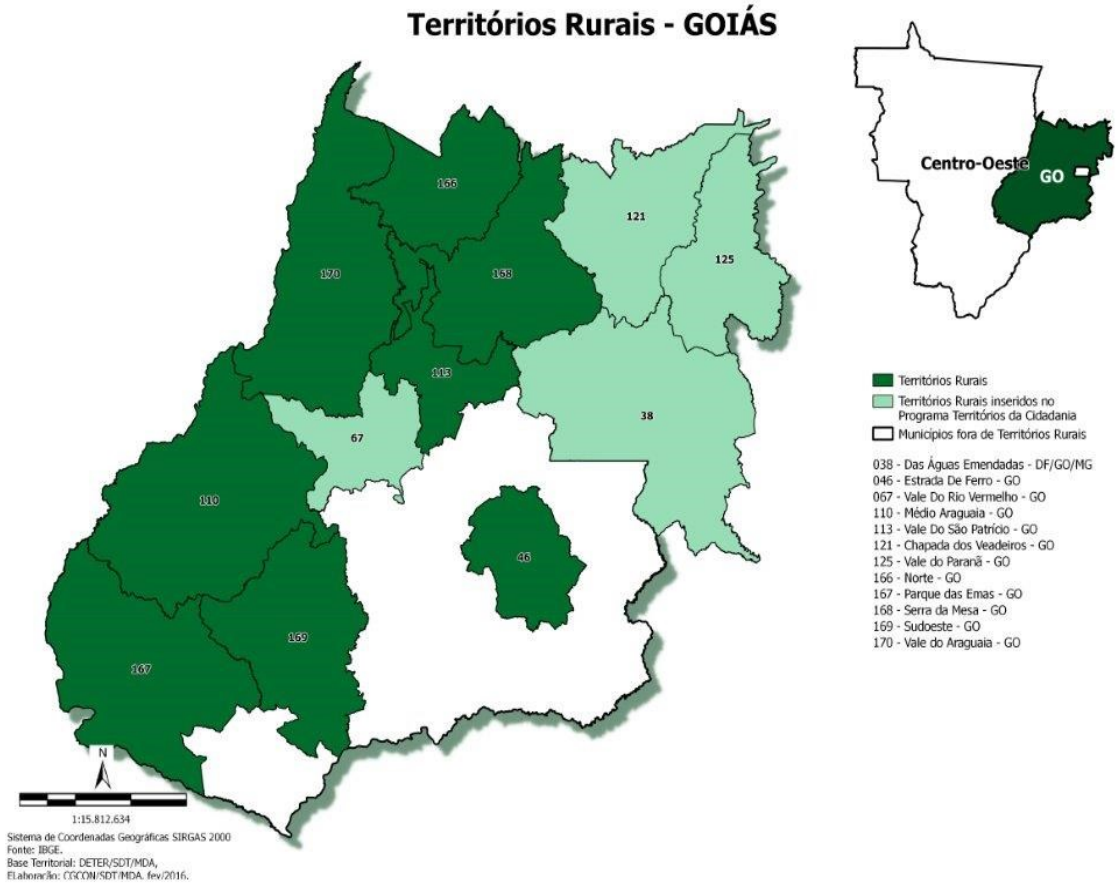
Figura 8. UFG- Regional Jataí. Caravana Agroecológica do Centro-Oeste conhecendo a Caixa d'Água de Ferro-Cimento. 2019

Fonte: Imagens compiladas pela autora. 2019

Da mesma forma que os projetos e recursos vêm tendo um papel fundamental no desenvolvimento rural sustentável e agroecológico no campo, eles são potencializados pela organização social das famílias camponesas. Além de fortalecer a agricultura familiar, a organização social gera aprendizado no que diz respeito ao relacionamento entre os diferentes grupos envolvidos, gerenciamento de conflitos, busca por soluções e outras atividades que demandam discussões e tomadas de decisão em conjunto.

Este aprendizado foi potencializado com o apoio dos Núcleos de Extensão de Desenvolvimento Territorial (NEDETs), implementados por meio do Edital CNPq 11/2014, em onze dos doze Territórios Rurais de Identidade ou de Cidadania do estado de Goiás. O objetivo geral dos NEDETs era qualificar metodologias junto aos membros dos Colegiados Territoriais para o acesso e gerenciamento das Políticas Públicas destinadas à Agricultura Familiar no Território.

Figura 9. Estado de Goiás. Territórios Rurais de Identidade e de Cidadania. 2016



Fonte: Sistema de Gestão e Estatística - MDA (2016)

Os NEDETs foram executados entre 2015 a 2017 na Universidade Federal de Goiás (Regional Goiânia e Jataí), Universidade de Brasília (Campus Planaltina), Instituto Federal Goiano (Campus Rio Verde). Cada NEDET era composto por um coordenador, um assessor de gestão produtiva, um assessor de organização social e um bolsista.

Quadro 2. Estado de Goiás. Territórios Rurais e seus NEDETs correspondentes. 2018

Território	Municípios	NEDET
Águas Emendadas	Formosa-GO e outros 7 no entorno do DF	UNB
Chapada dos Veadeiros	Alto Paraíso e outros 7 no seu entorno	UNB
Estrada de Ferro	Total de 14, de Bonfinópolis a Urutaí, região sudeste do estado	UFG - Goiânia
Médio Araguaia	Total de 21, na região Oeste do Estado, contempla Iporá, Jussara, Piranhas, Caiapônia	UFG - Goiânia
Norte Goiano	Total de 11 municípios, região de Porangatu e Mara Rosa	UFG - Goiânia
Parque das Emas	Total de 9 municípios, região de Mineiros e Jataí	UFG - Jataí

Serra da Mesa	Total de 14 municípios, região de Uruaçu, Minaçu, Niquelândia	IFGoiano
Sudoeste Goiano	Total de 11 municípios, região de Rio Verde e Paraúna	UEG
Vale do Araguaia	Total de 11 municípios, noroeste goiano, de Faina a São Miguel do Araguaia	UFG - Goiânia
Vale do Paranã	Total de 12 municípios, nordeste goiano, de Flores de Goiás a Posse	UNB
Vale do Rio Vermelho	Total de 17 municípios, entre eles Goiás, Itaberaí, Itapuranga	UFG - Goiânia
Vale do São Patrício	Total de 13 municípios, dentre eles Ceres, Goianésia, Jaraguá	Não tem

Fonte: Rede Agroecológica do Centro-Oeste (2018)

Apesar da finalização dos NEDETs enquanto projeto, as equipes do Núcleo ainda os mantém atuantes, tendo inclusive se inserido como membros do Colegiado. É o caso do NEDET do Território Rural de Identidade Parque das Emas, do Sudoeste e do Médio Araguaia.

Os NEDETs proporcionaram a ampliação da atuação das ações de extensão das Universidades com as famílias camponesas e com suas entidades representativas, pois as ações propostas pelo projeto abrangiam todos os municípios que compunham os Territórios. Os NEDETs também auxiliaram o contato e conhecimento com as cooperativas de Camponeses e permitiram a melhor organização coletiva e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade que se encontra nos editais disponibilizados às IES, via CNPq, apresentava duração, objetivos, metas e metodologias pré-estabelecidas, as quais deveriam ser seguidas pelos pesquisadores e extensionistas, uma vez que os projetos deveriam promover ações específicas que desenvolvessem os objetivos da Pnater.

Os projetos de extensão permitiram que o Estado, via Política Pública, Universidade e Camponeses se encontrassem e produzissem novas relações de parcerias e também de conflitos, pela própria configuração destes sujeitos, na qual a Política Pública faz parte da estrutura de ação do Estado, a Universidade é uma superestrutura do Estado capitalista e a classe camponesa mantém autonomia relativa ao Capital.

Verifica-se que a materialização da relação desta tríade se apresenta nas IES com a criação de Núcleos de Estudos, Pesquisa e Extensão específicos no desenvolvimento da agroecologia e sua mediação com os camponeses. Todavia, na medida em que as Políticas

Públicas Pedagógicas, entre elas a PNATER, promovem a formação de profissionais e a construção e disseminação do conhecimento para a produção sustentável numa base participativa, ao mesmo tempo não leva em conta as questões estruturais da pobreza do campo, como a falta de serviços públicos básicos, de créditos e da necessidade da reforma agrária. As PPP assumem o caminho da produtividade, mesmo agroecológica, como a solução para a transformação social e superação da pobreza rural da Agricultura Familiar Camponesa.

No que concerne à IES, os projetos viabilizados e orientados pelas PPP proporcionaram aprendizados que, submetidos à reflexão teórica, foram acrescidos aos conhecimentos prévios dos docentes e discentes, completando o ciclo da práxis na extensão universitária.

Esse fluxo estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, teve como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Diante desse panorama, para promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da transição agroecológica, usando como ferramenta a extensão universitária, requer uma postura institucional, compromisso e um profissionalismo da parte do corpo de estudantes, professores, técnicos, consultores, extensionistas e dirigentes que tenham por foco as famílias camponesas.

Contribuirá neste processo a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece que todos os cursos de graduação devem ter 10% de sua carga horária executada por atividades de extensão trazendo para as IES a oportunidade e o desafio de reformular a grade curricular e reafirmar a concepção e prática da extensão a partir da inserção e interação dos estudantes de graduação na comunidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FEPEG) pela bolsa concedida durante o curso de doutorado da autora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário-Secretaria da Agricultura Familiar, 2013.

BRASIL. **Lei** nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 11 jan. 2010. Disponível em: < portal.mda.gov.br/o/6421940> Acesso em: 11 nov. 2016

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. P**olítica Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2007.

BRASIL. **Lei** nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm Acesso em: 11 nov. 2016

CAPORAL, F. R. Superando a Revolução Verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2004. p. 121- 137.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In: MONTEIRO, D. C. C.; MONTEIRO, M. A. (Orgs.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém, Editora da UFPA: NAEA, 2006, p. 27-50.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN- Nº 36/2007**. Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Extensão Tecnológica Inovadora para Agricultura Familiar, Brasília: 2007. Disponível em: < http://www.cnpq.br/editais/ct/2007/docs/036_2007.pdf>. Acesso em 04 ago. 2007

DIAS, M. M. **Extensão rural para agricultores assentados**: uma análise das boas intenções propostas pelo "serviço de Ates". Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499- 543, set./dez. 2004.

DICIONÁRIO ONLINE DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Práxis**. Disponível em: https://www.dicio.com.br/praxis/ Acesso em 11 jan. 2022

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Santa Catarina: Imprensa Universitária (UFSC), 2015. 68 p. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-NacionaldeExtens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf Acesso em 12 fev. 2019.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 125 p.

MEDINA, Gabriel. Potencial de adoção de novas práticas por agricultores familiares: lições do assessoramento técnico para a transição agroecológica. In: **Agricultura Familiar em Goiás**: lições para o assessoramento técnico. Org. Gabriel Medina. 4. Ed. Goiânia: Editora UFG, 2018. p. 203- 228

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. **Resolução** n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007- 18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em 22 fev. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER**. Brasília: 2005. 19 p. Disponível em: http://www.cpac.embrapa.br/publico/usuarios/uploads/nap/orientacoes/09_mda_programa_na cional _de_assistencia_tecnica_e_extensao_rural.pdf Acesso em 22 fev.2019

MOURA, Iracema Ferreira de. Antecedentes e Aspectos Fundantes da Agroecologia e da Produção Orgânica na Agenda das Políticas Públicas no Brasil. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Orgs. Regina Helena Rosa Sambuichi et al. Brasília: Ipea, 2017. 463 p. Disponível em: https://www.agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/09/144174_politicanacional_WEB.pdf Acesso em 22 fev. 2019

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007. 184 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Almeida. **Terra e Território**: a questão camponesa no capitalismo. Cidade: Expressão Popular, 2010. 237 p.

TEIXEIRA NETO, Antônio. **Estrutura Fundiária do Estado de Goiás – 2003**. Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, v. 31, n. 2, p. 129-160, jul./dez. 2011. Disponível em: https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/16850. Acesso em: 11 jan 2022